

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL,  
EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE  
DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A.

— CONCEPA

*celebrado entre*

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. — CONCEPA  
Emissora

e

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debituristas

Data

25 de novembro de 2014



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL,  
EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE  
DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. – CONCEPA**

Pelo presente instrumento particular,

**CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. – CONCEPA,** sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR 290 s/n, km 19, CEP 95500-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.654.604/0001-14, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“**Emissora**” ou “**Companhia**”); e

**PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,** instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures (“**Debenturistas**”), neste ato representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado nas páginas de assinatura do presente instrumento (“**Agente Fiduciário**” ou “**Pentagono**”);

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição”, (“**Debêntures**”, “**Emissão**” e “**Escritura**”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

**CLAUSULA I  
AUTORIZAÇÕES**

1.1. **Autorizações Societárias da Emissora.** Esta Escritura, o “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. – Concepa” (“**Contrato de Distribuição**”), a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (conforme definido abaixo) e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora (definido abaixo) são celebrados com base



*[Handwritten signature and initials]*

na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 25 de novembro de 2014 ("RCA da Companhia"), na qual foram deliberadas e aprovadas: (a) a realização da Emissão e da Oferta Restrita (abaixo definido), a outorga, pela Emissora, das Garantias listadas nas alíneas (A) e (B) da Cláusula 5.7 abaixo) e a assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, bem como seus termos e condições; (b) a autorização para a celebração de todos os documentos necessários, inclusive o competente aditamento a esta Escritura e demais documentos necessários para registro na CETIP, a fim de refletir a nova Data de Vencimento que vier a ser definida, conforme previsto na Cláusula 5.1.4 desta Escritura; (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Companhia; e (d) a ratificação dos atos anteriores à RCA da Companhia praticados pela Diretoria da Emissora em consonância com as deliberações presentes na RCA da Companhia; em conformidade com o disposto no artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Outras Autorizações. A realização da Emissão pela Emissora, a outorga das Garantias listadas nas alíneas (C), (D) e (E) da Cláusula 5.7 abaixo, e a assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora (abaixo definido), do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Rio Guarba (abaixo definido) foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, cj. 142/143, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91 ("TPI") realizada em 25 de novembro de 2014 ("RCA da TPI"), na qual foram deliberadas e aprovadas: (a) a realização da Emissão pela Emissora e a assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, (b) a outorga, pela TPI, da alienação fiduciária em garantia das ações emitidas pela Emissora e detidas pela TPI, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora (abaixo definido); (c) a outorga, pela TPI, da alienação fiduciária em garantia das quotas de emissão da Rio Guarba Serviços Rodoviários Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Nestor de Moura Jardim, nº 1.280, Ramada da Colina, na Cidade de Guarba, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.765.643/0001-75 ("Rio Guarba") e detidas pela TPI, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Rio Guarba (abaixo definido); (d) a outorga, pela Rio Guarba, da cessão fiduciária em garantia dos direitos creditórios da Rio Guarba, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Guarba (abaixo definido); (e) a autorização à Diretoria da TPI para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da TPI; e (f) a ratificação dos atos anteriores à RCA da TPI praticados pela Diretoria da TPI em consonância com as deliberações presentes na RCA da TPI. De acordo com o disposto no Contrato Social da Rio Guarba atualmente em vigor, não é exigida qualquer aprovação societária adicional da Rio Guarba para a outorga, pela Rio Guarba, da cessão fiduciária de seus direitos creditórios, em garantia, a ser realizada nos termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Guarba (abaixo definido).



1.3. Autorização do Poder Concedente da Companhia. A presente Emissão e as Garantias (conforme definido na Cláusula 5.7 abaixo) foram aprovadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“ANTT”) em 13 de novembro de 2014, por meio da Deliberação nº 334, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2014.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A Emissão é feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias. A ata da RCA da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (“JUCERGS”) e publicada no “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul” e no “Jornal do Comércio”, nos termos do artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações (“Jornais da Companhia”).

2.1.1.1. A ata da RCA da TPI será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição da Escritura e de seus Aditivos. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERGS, nos termos do artigo 62, II, e §3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a Emissora entregará I (uma) via original registrada da presente Escritura e seus eventuais aditamentos ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data da efetiva realização do referido registro.

2.1.3. Registro Para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.4. Limites à Negociação das Debêntures. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.3 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 4.5 abaixo), e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de



2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), condicionada ainda ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações descritas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.1.5. Dispensa de registro na CVM. As Debêntures serão distribuídas com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). Por esse motivo, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.1.5.1 Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). A Oferta Restrita poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do §1º, inciso I, e do §2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor, condicionado à expedição de diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para o cumprimento desta obrigação, até o envio, à CVM, da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

2.1.6. Registro dos Contratos de Garantia. Os Contratos de Garantia, conforme listados e definidos abaixo, serão registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos e averbados no livro de registro de ações nominativas da Emissora (no caso da alienação fiduciária das ações da Emissora) e no Contrato Social da Rio Gualba (no caso da alienação fiduciária de quotas da Rio Gualba), conforme aplicável e de acordo com o disposto em cada um dos Contratos de Garantia. Para fins da constituição das Garantias (conforme definido abaixo), serão celebrados os seguintes instrumentos:

(a) "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes em Garantia" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora");

(b) "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia" a ser celebrado entre a TPL, o Agente Fiduciário e, como interveniente anuente, a Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora");

(c) "Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia" a ser celebrado entre a TPL, o Agente Fiduciário e, como interveniente anuente, a Rio Gualba ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Rio Gualba"); e

(d) "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" a ser celebrado entre a Rio Gualba e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Gualba").



*[Handwritten signature and initials]*





4.5. Colocação e Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (os “Coordenadores”, sendo a instituição intermediária líder, o “Coordenador Líder”, conforme definido no Contrato de Distribuição), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por investidores qualificados (“Investidores

Emissão”).

4.4. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 5.1.3 (“Valor Total da

4.3. Número de Séries. As Debêntures serão emitidas em série única.

4.2. Número da Emissão. Esta é a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

4.1. Destinação dos Recursos. O montante líquido obtido pela Emissora com a integralização das Debêntures será destinado à implantação e desenvolvimento da Concessão, inclusive para a aquisição de equipamentos em substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade ou eliminação de ativos operacionais obsoletos.

## CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### CLÁUSULA IV

3.1. A Emissora tem por objeto social a realização, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da exploração da RODOVIA BR 290/RS, no trecho OSÓRIO PORTO ALEGRE, entroncamento BR-116 (entrada para Guaiíba) e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação (“Concessão”).

## OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

### CLÁUSULA III

2.1.7. Para fins desta Escritura, são considerados “Contratos de Garantia” os seguintes instrumentos: (i) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora; (ii) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora; (iii) o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Rio Guaiíba; (iv) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Guaiíba; e (v) o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, conforme definido na Cláusula 5.7.1 abaixo.

Qualificados”), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 405, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observados os artigos 3º e 4º da Instrução CVM 476.

4.5.1. No âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (iii) os Investidores Qualificados que sejam pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos dos artigos 3º e 4º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão consideradas como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o §1º do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.5.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e estar ciente, especialmente, mas não limitadamente, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures e da Emissora, bem como sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.

4.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário. O banco liquidante será o Itaú Unibanco S.A., Egídio de Souza Aranha, nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”) e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário.

## CLÁUSULA V

### CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. São características básicas das Debêntures:

5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário”) será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.





- 5.1.2. Quantidade de Debêntures Emitidas. Serão emitidas 210 (duzentos e dez) Debêntures.
- 5.1.3. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 24 de novembro de 2014 ("Data de Emissão").
- 5.1.4. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 24 de maio de 2016 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e Prorrogação Automática, previstas, respectivamente, nas Cláusulas VII, 6.2, 6.4 e na Cláusula 5.1.4.1 abaixo.
- 5.1.4.1 Caso a prorrogação da Concessão seja autorizada e aprovada pelo Poder Concedente até 19 de maio de 2016, as Partes, desde já, acordam e estabelecem que a Data de Vencimento estará automaticamente prorrogada até (i) 24 de abril de 2018, ou (ii) caso a prorrogação da Concessão seja realizada por um prazo inferior a 24 de abril de 2018, até o Dia Útil imediatamente anterior ao fim do novo prazo da Concessão ("Prorrogação Automática"). Na hipótese de haver a Prorrogação Automática, a data definida nos termos desta Cláusula 5.1.4.1 substituirá aquela definida na Cláusula 5.1.4 e passará a ser a nova "Data de Vencimento" das Debêntures.
- 5.1.4.2. Na hipótese de haver a Prorrogação Automática, conforme previsto na Cláusula 5.1.4.1 acima, as Partes deverão, no prazo estabelecido na Cláusula 5.1.4.4 abaixo, celebrar um aditamento a esta Escritura nos termos do Anexo II a esta Escritura a fim de formalizar a nova Data de Vencimento, bem como de refletir todos os ajustes necessários em virtude da alteração da Data de Vencimento, como, por exemplo e sem limitação, o novo cronograma de amortização constante da cláusula 5.4 abaixo.
- 5.1.4.3. Para fins do previsto na Cláusula 5.1.4.1 acima, os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures, desde já autorizam o Agente Fiduciário a celebrar o aditamento a esta Escritura e todos os demais documentos necessários, inclusive para registro na CETIP, a fim de refletir a nova Data de Vencimento, e independentemente de qualquer aprovação prévia em AGD ou de qualquer aprovação societária adicional da Emissora, da TPI e/ou da Rio Gualba.
- 5.1.4.4. A Emissora deverá comunicar a nova Data de Vencimento ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis após a prorrogação do prazo da Concessão ter sido autorizada e aprovada pelo Poder Concedente, para que ambos firmem, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da referida comunicação, aditamento a esta Escritura nos termos do Anexo II a esta Escritura e os demais documentos necessários para refletir a Prorrogação Automática e determinar a nova Data de Vencimento. O referido aditamento deverá ser encaminhado à CETIP até 19 de maio de 2016.
- 5.1.4.5. A nova Data de Vencimento será comunicada pela Emissora por meio de envio de



comunicação individual à totalidade dos Debenturistas ou de publicação do aviso aos Debenturistas nos Jorais da Companhia em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a prorrogação do prazo da Concessão tiver sido autorizada e aprovada pelo Poder Concedente.

5.1.4.6. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, nos termos da Clausula 5.3.

5.1.5. Tipo e Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural e não contarão com a emissão de cautelas ou certificados.

5.1.6. Comprovação da Titularidade. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de Debêntures.

5.1.7. Conversibilidade em Ações. As Debêntures serão simples, não convertíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real.

5.1.9. Prazo e Formas de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Distribuição e assim informado, observado o disposto no artigo 7-A da Instrução CVM 476 ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, nos termos da Clausula 5.3 abaixo, de acordo com as normas e procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP.

5.2. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures: Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.3. Remuneração das Debêntures. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, denominadas "Taxas DI over extragruppo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures"), calculados de forma exponencial e



*[Handwritten signature and initials]*

cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo), e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures, de acordo com a fórmula indicada na Clausula 5.3.3 abaixo.

5.3.1. Farão jus ao recebimento da Remuneração das Debêntures aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo). O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da CETIP.

5.3.1.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.3.1.2. Define-se "Dia Útil" como sendo qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais ou, ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

5.3.2. Pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de dezembro de 2014 e o último na Data de Vencimento inicialmente determinada na Clausula 5.1.4 acima ou na nova Data de Vencimento determinada após a Prorrogação Automática (cada uma das datas de pagamento da Remuneração das Debêntures, "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e Prorrogação Automática, previstas, respectivamente, nas Cláusulas VII, 6.2 e 6.4 abaixo e na Clausula 5.1.4.1 acima.

5.3.3. Cálculo da Remuneração das Debêntures. A Remuneração das Debêntures deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J

valor unitário da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas



Handwritten signature and a blue checkmark.



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{100}{\text{spread}} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

FatorSpread      Sobre taxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

Dik      Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

onde:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

TDIK      Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

n      número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

k      número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

onde:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

FatorDI      produto das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização das Debêntures, inclusive, até o término do Período de Capitalização das Debêntures, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

VNe      Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

decimais, sem arredondamento;

onde:

*spread* 2,500 (dois inteiros e cinquenta centésimos);

DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDik)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDik)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDik a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias corridos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.3.3.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias corridos da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do Período de Ausência da Taxa DI ou da data de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, conforme o caso, a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão



Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures em vigor. Tal AGD será realizada no prazo máximo de 23 (vinte e três) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura em relação aos Debenturistas, a última Taxa DI divulgada pela CETIP até a data da deliberação da AGD, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.3.3.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

5.3.3.3. Caso não haja acordo sobre a taxa substituta entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 10.4.1 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito os Debenturistas e o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar a partir da data de realização da AGD, qual a alternativa escolhida dentre as abaixo:

(i) a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva AGD, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, além de eventuais Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) incidentes nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a última Taxa DI divulgada pela CETIP até a data da deliberação da AGD; ou

(ii) a Emissora deverá apresentar um novo cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o novo cronograma de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa





substituta a ser definida por Debituristas reunidos em nova AGD, de acordo com o estabelecido na Cláusula X abaixo, sendo que a taxa substituta definida na AGD deverá ser aprovada por Debituristas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debituristas em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os Debituristas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debituristas em Circulação quanto à taxa substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (i) acima.

5.4. Amortização do Saldo do Valor Unitário das Debêntures. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas, nos percentuais e datas abaixo indicados, ressaltadas as hipóteses de Vencimento Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo, nas Cláusulas VII, 6.2 e 6.4 abaixo e na Cláusula 5.1.4.1 acima ("Amortização do Saldo do Valor Unitário das Debêntures"), sendo o primeiro pagamento devido em 24 de janeiro de 2016 e o último na Data de Vencimento inicialmente determinada na Cláusula 5.1.4 acima ou na nova Data de Vencimento, determinada após a Prorrogação Automática (cada uma das datas de pagamento da Amortização, "Data de Amortização das Debêntures"), nos percentuais e de acordo com o seguinte cronograma de pagamento:

Parcela	Percentual de Amortização	Data de Amortização
1)	2,3000%	24 de janeiro de 2016
2)	6,9000%	24 de abril de 2016
3)	saldo	24 de maio de 2016

5.4.1. Na hipótese prevista na Cláusula 5.1.4.1. acima, será previsto novo cronograma de pagamento e a cláusula 5.4 aditada de maneira a refletir a nova Data de Vencimento, nos termos do aditamento a esta Escritura previsto no Anexo II.

5.5. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.6. Condições de Pagamento. São condições de pagamento das Debêntures:

5.6.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se as normas e procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



5.6.2. Isenção Tributária. Caso qualquer Debiturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.6.3. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

5.6.4. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debituristas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória convencional fixa de 2,0% (dois por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, ambos calculados pelo Agente Fiduciário, sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

5.6.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.6.3 acima, o não comparecimento do Debiturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.

5.7. Garantias. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais ou acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura, especialmente o pagamento integral e pontual das Debêntures, do Valor Total da Emissão acrescido da Remuneração das Debêntures, Encargos Moratórios, juros compensatórios e moratórios, comissões, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos titulares das Debêntures (“Obrigações Garantidas”), as Debêntures contam com as seguintes garantias reais (em conjunto, “Garantias”):





ou modificação da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; e (b.2) ao direito de receber os Valores do Aditamento, além de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da Concessão (em conjunto, “Direitos Emergentes”);

(C) a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, e até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, alienação fiduciária em garantia das 31.999.999 (trinta e um milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações ordinárias e 64.000.000 (sessenta e quatro milhões) ações preferenciais de emissão da Emissora e detidas pela TPI, representativas de 99,99% (noventa e nove por cento) do capital social total e votante da Emissora (“Ações”), e sob condição suspensiva, todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores de remuneração do capital relacionados às Ações a serem pagos ou distribuídos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, a ser satisfeita, dentre outros, quando da liberação das garantias prestadas pela TPI no âmbito das seguintes emissões: (i) 3ª (terceira) emissão de debêntures da TPI realizada nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, sem Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da TPI – *Triunfo Participações e Investimentos S.A.*”, celebrado em 22 de junho de 2011 entre a TPI e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“3ª Emissão de Debêntures da TPI”) e (ii) 4ª (quarta) emissão de debêntures da TPI realizada os termos do “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie Quirografária a ser Convogada em Espécie Quirografária e com Garantia Real Adicional para Distribuição Pública, da TPI – *Triunfo Participações e Investimentos S.A.*”, celebrado em 27 de agosto de 2012 entre a TPI e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“4ª Emissão de Debêntures da TPI”) e, em conjunto com a 3ª Emissão de Debêntures da TPI, “Outras Emissões”); e

(D) a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Rio Gualba, e até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, alienação fiduciária em garantia das 99 (noventa e nove) quotas representativas de 99% (noventa e nove por cento) do capital social total e votante da Rio Gualba (“Quotas”) e detidas pela TPI, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Rio Gualba e, sob condição suspensiva, todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores de remuneração do capital relacionados às Quotas a serem pagos ou distribuídos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Rio Gualba, a ser satisfeita, quando da liberação das garantias prestadas pela TPI no âmbito das Outras Emissões; e







5.8. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões que vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos Jornais da Companhia e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.concepa.com.br>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais. A Emissora poderá alterar os Jornais de publicação por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, observando sempre os prazos legais. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, da realização de qualquer publicação, ou em prazo específico menor, conforme previsto nesta Escritura. Os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecerão ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, deverão ser de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso aos Debenturistas.

5.7.2. A partir da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Gualba, e até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, 100% (cem por cento) dos direitos creditórios da Rio Gualba sobre os valores referentes ao item (E) acima, a serem depositados e mantidos em conta vinculada de titularidade da Rio Gualba (conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Gualba) ("Conta Vinculada da Rio Gualba"), cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Prestação de

5.7.1 A partir da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, e até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, 100% (cem por cento) dos direitos creditórios da Emissora sobre os valores referentes aos itens (A) e (B) serão depositados e mantidos em conta vinculada de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada da Emissora") (conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora), cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do "Contrato de Custódia de Recursos Financeiros" a ser celebrado entre a Emissora, a Rio Gualba, o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Depositário") e o Agente Fiduciário, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Prestação de Serviços de Depositário").

(E) a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Gualba e até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, cessão fiduciária em garantia de 100% (cem por cento) dos direitos creditórios titulados pela Rio Gualba, decorrentes de todo e quaisquer contratos de prestação de serviços celebrados entre a Rio Gualba e a Emissora ou que de qualquer forma esteja relacionado à prestação de serviços pela Rio Gualba em relação à Concessão, conforme listados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Rio Gualba.



## CLÁUSULA VI

### DA RECOMPRA OU RESGATE DE TÍTULOS PELA EMISSORA

6.1. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação ("Aquisição Facultativa") (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observadas as regras expedidas pela CVM, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

6.1.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

6.2. Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, a qualquer tempo, em sua totalidade, em moeda corrente nacional ("Resgate Antecipado Facultativo"), a critério da Emissora, por meio de envio de comunicação individual à totalidade dos Debenturistas ou de publicação de comunicado aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP, com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, informando a data do Resgate Antecipado Facultativo e qualquer outra informação relevante aos Debenturistas, mediante pagamento (i) do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) do Prêmio de Término Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo).

6.2.1. Fica estabelecido que, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá conforme as normas e procedimentos adotados pela CETIP.

6.2.2. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

6.2.3. Após a comunicação ou a publicação de comunicado aos Debenturistas, conforme o caso, realizada pela Emissora sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos da Cláusula 6.2 acima, a Emissora não poderá alterar a data do Resgate Antecipado Facultativo informada na referida comunicação sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas.



6.3 Amortização Antecipada Facultativa. A critério da Emissora, as Debêntures poderão ser facultativamente amortizadas antecipadamente, a qualquer tempo, parcialmente, em moeda corrente nacional, em até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) à época da amortização, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Antecipada Facultativa"). por meio de envio de comunicação individual à totalidade dos Debenturistas ou de publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 5.8 desta Escritura, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Antecipada Facultativa.

6.3.1. Por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data da Amortização Antecipada Facultativa; e (b) do Prêmio de

6.3.2. Na comunicação prevista na Cláusula 6.3 deverá constar: (a) a data da Amortização Antecipada Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) que será amortizado nos termos desta Cláusula, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) à época da amortização; (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Facultativa; e (d) o Prêmio de Término Antecipado.

6.3.3. Caso ocorra a Amortização Antecipada Facultativa de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, esta seguirá as normas e procedimentos adotados pela CETIP.

6.3.4. Após a realização da comunicação aos Debenturistas feita pela Emissora, nos termos da Cláusula 6.3.2 acima, a Emissora não poderá alterar a data da Amortização Antecipada Facultativa informada na referida comunicação sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

6.4. Resgate Antecipado Obrigatório. Na hipótese de recebimento dos valores previstos no 13º Termo Aditivo ao Contrato nº PG-016/97-00 de Concessão de Serviço Público Precedida de Obra Pública, celebrado entre a União, por Intermediário da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e a Emissora, em 08 de abril de 2014 ("Valores do Aditamento") e "Aditamento", respectivamente), cujo pagamento deverá ser recebido exclusivamente na Conta Vinculada da Emissora, a Emissora obriga-se a, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data do



recebimento dos Valores do Aditamento, resgatar antecipadamente, em sua totalidade, as Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"). A Emissora deverá utilizar a totalidade dos Valores do Aditamento para realizar o Resgate Antecipado Obrigatório total das Debêntures. O Resgate Antecipado Obrigatório será comunicado pela Emissora, por meio de envio de comunicação individual à totalidade dos Debenturistas ou de publicação de comunicado aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, informando a data do Resgate Antecipado Obrigatório e qualquer outra informação relevante aos Debenturistas, e será realizado mediante pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório, além de eventuais Encargos Moratórios incidentes nos termos desta Escritura. Na hipótese de os Valores do Aditamento recebidos pela Emissora não serem suficientes para a realização do Resgate Antecipado Obrigatório total das Debêntures, a Emissora obriga-se a complementar os Valores do Aditamento com recursos próprios com a finalidade de obter o montante total necessário à realização do Resgate Antecipado Obrigatório sob pena de declaração de vencimento antecipado das Debêntures e consequente excussão das Garantias.

6.4.1. Fica estabelecido que, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Obrigatório ocorrerá conforme as normas e procedimentos adotados pela CETIP.

6.4.2. Uma vez realizado o Resgate Antecipado Obrigatório total das Debêntures, todas as Debêntures deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

6.4.3. Após a comunicação ou a publicação de comunicado aos Debenturistas, conforme o caso, realizada pela Emissora sobre a realização do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 6.4.2 acima, a Emissora não poderá alterar a data do Resgate Antecipado Obrigatório indicada na referida comunicação sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

6.5. Prêmio de Término Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Antecipada Facultativa.

6.5.1. Nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa, a Emissora deverá pagar o valor devido aos Debenturistas, acrescido do montante adicional correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), incidente sobre o valor resgatado ou amortizado calculado na data do efetivo pagamento ("Prêmio de Término Antecipado das Debêntures").

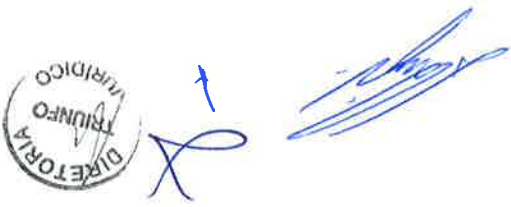
6.5.2. Nas demais hipóteses, não haverá pagamento de Prêmio de Término Antecipado das Debêntures.



## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. Observado o disposto na Cláusula 7.3 abaixo, o Agente Fiduciário, imediatamente após tomar ciência de qualquer uma das hipóteses abaixo, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial (devido o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento):

- a. descumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária (incluindo, sem limitação, a previsão de Resgate Antecipado Obrigatório) perante os Debituristas da Emissão, prevista nesta Escritura;
- b. (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Rio Gualba; (ii) pedido de autofalência da Emissora e/ou da Rio Gualba; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou da Rio Gualba; ou (iv) se a Emissora e/ou a Rio Gualba propuserem plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Rio Gualba, se não devidamente elidido no prazo legal;
- d. caso a Emissora dê aos recursos captados por meio da Oferta Restrita destinação distinta à estabelecida nesta Escritura;
- e. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral ou judicial contra a Emissora e/ou contra a Rio Gualba, cujo valor agregado seja igual ou superior a (i) R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) em relação à Emissora e (ii) R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) em relação à Rio Gualba, ou valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento, exceto na medida em que tenham sido (i) apresentadas garantias suficientes em juízo, no prazo legal; (ii) constituídas provisões para o seu pagamento; ou (iii) suspensos os efeitos da respectiva decisão, em razão de recurso interposto pela Emissora e/ou pela Rio Gualba;
- f. não cumprimento, na data prevista, de obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Rio



Guatiba, independentemente de valor, assumida em qualquer documento ou contrato não relacionado às Debêntures (tais como, mas não limitado a contratos de empréstimo, financiamentos, entre outros) firmado com os Debenturistas, desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicáveis;

g. não cumprimento, na data prevista, de obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Rio Guatiba em valor que exceda, individualmente ou de forma conjunta, (i) R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) em relação à Emissora e (ii) R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) em relação à Rio Guatiba, ou seu equivalente em outras moedas, assumida em qualquer documento ou contrato firmado com terceiros, respeitado o prazo de cura previsto no respectivo contrato ou que esteja sendo acordado entre a Emissora e/ou a Rio Guatiba e os respectivos credores;

h. cancelamento, revogação ou rescisão pela Emissora, por qualquer de seus acionistas, dos Contratos de Garantia e/ou desta Escritura, ou caso as Debêntures tornem-se inválidas, ineficazes ou inexequíveis contra a Emissora por decisão judicial ou arbitral, ou caso a exequibilidade de qualquer desses instrumentos seja contestada pela Emissora, ou ainda, caso a Emissora negue ter responsabilidade sobre quaisquer desses instrumentos;

i. alteração do atual controle acionário da Emissora e/ou da Rio Guatiba, direto ou indireto, sem aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o quórum previsto na Cláusula 10.6, para aprovação da referida alteração, exceto se, em decorrência da referida alteração de controle ou indireto, ao menos um dos atuais acionistas que participem atualmente do bloco de controle da Triunfo Holding Participações S.A. ("THP") continuar como controlador direto da TPI e a TPI continuar como controladora direta ou indireta da Emissora e da Rio Guatiba;

j. sem prejuízo do disposto na alínea anterior, liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Rio Guatiba, (i) excetadas a cisão, a fusão e a incorporação previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o quórum previsto na Cláusula 10.6; ou (ii) exceto se, em decorrência da referida liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) ou reorganização societária ao menos um dos atuais acionistas que participem atualmente do bloco de controle da THP continuar como controlador direto da TPI e a TPI continuar como controladora direta ou indireta da Emissora e da Rio Guatiba;

k. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



l. venda, transferência ou alienação de ativos ou participações societárias da Emissora e/ou da Rio Guariba cujo valor contábil seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido da Emissora e/ou da Rio Guariba, respectivamente, exceto (i) na medida em que tais ativos sejam substituídos por outros de idêntica finalidade, ou (ii) na hipótese de a Emissora constituir alienação fiduciária sobre novos ativos em garantia de financiamento tomado para a aquisição do respectivo ativo;

m. redução de capital social da Emissora e/ou da Rio Guariba e/ou resgate de ações pela Emissora, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, em AGD especialmente convocada para esse fim;

n. pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista se (i) o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida, definido e calculado conforme alínea "k" da Cláusula 7.2 abaixo, for inferior a 1,3x (um inteiro e trinta centésimos), ou (ii) a Emissora estiver em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;

o. caso, até 15 de setembro de 2016, não ocorra a constituição da cessão fiduciária sobre 60% (sessenta por cento) dos Direitos Cedidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios); e

p. vencimento antecipado, por qualquer razão, das debêntures objeto da Escritura da 5ª Emissão da Emissora.

7.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado por Decisão de AGD. Observado o disposto na Cláusula 7.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.2.2 abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

a. descumprimento pela Emissora e/ou pela Rio Guariba de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do descumprimento, sendo certo que o prazo de 10 (dez) Dias Úteis previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese desta Cláusula 7.2;

b. alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora e/ou da Rio Guariba que, a critério dos Debenturistas, afete de forma negativa e material o risco de crédito

das Debêntures;

c. descumprimento, por parte da Emissora e/ou da Rio Gualba, de leis, normas, regulamentos, durante a vigência das Debêntures, que afetem ou que possam afetar de forma adversa a capacidade da Emissora e/ou da Rio Gualba de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura, em especial a não apresentação, à ANTT, de informações previstas na regulamentação em vigor, cuja exigibilidade não esteja sendo contestada pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e exceto se tais leis, normas ou regulamentos estiverem com sua exigibilidade e/ou efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa;

d. descumprimento pela Emissora e/ou pela Rio Gualba de qualquer obrigação pecuniária prevista nos Contratos de Garantia;

e. caso as Garantias venham a se tornar ineficazes ou inexequíveis. Nesse caso, a Emissora, em conjunto com a TPI e com a Rio Gualba, deverá apresentar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de convocação da AGD a esse respeito, uma proposta para que a ineficácia ou inexequibilidade das Garantias seja revertida, e, na hipótese da proposta ser aprovada pelos Debenturistas reunidos em AGD para esse fim, a Emissora, em conjunto com a TPI e com a Rio Gualba, deverá formalizar o reforço das Garantias e/ou a constituição das novas garantias em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização da referida AGD, exceto caso a Emissora, a Rio Gualba e/ou a TPI, conforme o caso, sanem, comprovadamente, a ineficácia ou inexequibilidade das Garantias antes da data de realização da AGD;

f. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da Concessão e/ou das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela Rio Gualba, exceto caso a Emissora e/ou a Rio Gualba, conforme o caso, obtenha decisão que permita a regular continuidade das suas atividades dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da autorização ou licença relevante em questão ou haja previsão legal ou regulamentar expressa autorizando a Emissora e/ou a Rio Gualba a prosseguir com suas atividades no caso de não renovação da autorização ou licença. Revogados, suspensos ou reconsiderados os efeitos de tal decisão judicial ou administrativa, a hipótese de vencimento antecipado não automático prevista nesta cláusula restará imediatamente caracterizada;

g. provar-se falsa, insuficiente, incorreta ou inconsistente, qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura ou pela Emissora, pela TPI e/ou pela Rio Gualba nos Contratos de Garantia;



2) Caso a razão entre a Dívida Líquida/EBITDA nas verificações trimestrais a serem acompanhadas pelo Agente Fiduciário, a partir de 31 de dezembro de 2014 (i) seja igual ou superior a 1,5x (um inteiro e cinquenta centésimos), em 31 de dezembro de 2014, (ii) seja igual ou superior a 1,25x (um inteiro e vinte e cinco centésimos), a qualquer momento até 31 de dezembro de 2015 (inclusive); (iii) seja igual ou superior a 1,25x (um inteiro e vinte e cinco centésimos), a qualquer momento até 31 de dezembro de 2016 (inclusive); (iv) seja igual ou superior a 1,0x (um inteiro), a qualquer momento

EBITDA – Receita de Construção + Custo de Construção - Impostos +/- Variação do  
Capital de Giro (Excluindo o efeito das indenizações a receber) – CAPEX Não  
Financiado / (Principal + Juros)

últimos 12 (doze) meses, entendido como:

1) Índice de Cobertura de Serviços da Dívida superior a 1,3x (um inteiro e trinta

centésimos) até o vencimento das debêntures (inclusive), calculado com base nos

caso a Emissora deixe de manter os seguintes Índices Financeiros, considerados e calculados em conjunto com os Índices Financeiros da Rio Guariba, os quais serão acompanhados trimestralmente com base nas últimas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas consolidadas da Emissora e nas demonstrações financeiras auditadas (anual) e/ou informações financeiras da Rio Guariba (todos os índices financeiros listados abaixo, doravante referidos como “Índices Financeiros”):

alteração nas preferências, vantagens e condições das ações ou quotas de emissão, respectivamente, da Emissora e/ou da Rio Guariba; e

emissão da Emissora e/ou das quotas de emissão da Rio Guariba;

constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, usufruto, arrendamento, encargo, opção, direito de preferência e restrição à transferência, gravame, ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade das ações de

protestado for devidamente quitado;

juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado, ou (iii) o montante protestado tenha sido cancelado ou suspenso; (ii) tenham sido prestadas garantias em Rio Guariba ou valor equivalente em outras moedas, salvo se no prazo legal (i) o reais) em relação à Emissora e (ii) R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) em relação à Guariba, ou cujo valor agregado igual ou superior a (i) R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) em relação à Emissora e (ii) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) em relação à Rio Guariba, ou cujo valor agregado igual ou superior a (i) R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) em valor unitário seja igual ou superior a Rio Guariba, cujo valor não pago em protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra a Rio Guariba, cujo valor não pago em

até 31 de dezembro de 2017 (inclusive); e (v) seja igual ou superior a 0,5x (cinquenta centésimos) durante o exercício de 2018 até o vencimento das Debêntures (inclusive), a qual será calculada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

Para fins desta Escritura, consideram-se:

**Dívida Líquida:** o somatório dos saldos das dívidas da Emissora e da Rio Guariba, incluindo dívidas da Emissora, da Rio Guariba, e de suas controladas perante pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, tais como mútuo, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, operações de derivativos e cessão de direitos creditórios não performados e que não contem com seguro *performance*; menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras. Para fins de cálculo, a Dívida Líquida será calculada com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora e da Rio Guariba e deverá incluir todas as sociedades controladas da Emissora e da Rio Guariba.

**EBITDA:** o lucro operacional consolidado da Emissora e da Rio Guariba, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); (iv) despesas extraordinárias que não tenham efeito caixa; (v) provisão para manutenção de rodovia; e excluindo-se (x) receitas não operacionais; e (y) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Para fins de cálculo, o EBITDA será calculado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora dos últimos 12 (doze) meses à data base de cálculo e deverá incluir todas as sociedades controladas da Emissora e da Rio Guariba.

**Principal:** principal de dívidas pagos durante o referido período, exceto as dívidas quitadas até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Emissão.

**Juros:** juros de dívidas pagos durante o referido período.

7.2.1. Na hipótese de não convocação da AGD pelo Agente Fiduciário, os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.2.2 abaixo.

7.2.2. Após a realização da AGD, nos termos da Cláusula 7.2 e 7.2.1 acima, o Agente Fiduciário



*[Handwritten signature]*



8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

### CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.4. Pagamento. Ocorrendo o vencimento antecipado das Debêntures, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 7.1 ou 7.2 acima, a Emissora pagará, conforme aqui previsto, (i) o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento das Debêntures; (ii) os Encargos Moratórios na hipótese do pagamento ser realizado após o prazo previsto na Cláusula 7.2.4 acima; e (iii) quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

7.3. Vencimento Antecipado. Observados os prazos, as formas e as condições aqui previstos, e verificada qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 7.1 ou, após a decisão dos Debenturistas, reunidos em AGD, nos termos da Cláusula 7.2, para a declaração do vencimento antecipado para as hipóteses previstas na Cláusula 7.2, o Agente Fiduciário deverá, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.

7.2.4. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 2 (dois) Dias Úteis, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada no item acima.

7.2.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, à Emissora, com cópia à CETIP, e ao Banco Liquidante, informando tal evento.

declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").



(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora e da Rio Gualba relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da empresa de auditoria independente registrada na CVM, a qual deverá ser uma das seguintes opções: Grant Thornton, Ernst & Young, PwC, Deloitte ou KPMG; (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora e pela Rio Gualba e cujo cálculo será acompanhado pelo Agente Fiduciário, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Rio Gualba e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social;

(a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, com revisão limitada nos termos da CVM, e demonstrações relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora e pela Rio Gualba, e cujo cálculo será acompanhado pelo Agente Fiduciário, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Rio Gualba e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da

Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

(a.3) em até 3 (três) Dias Úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;

(a.4) dentro de 03 (três) Dias Úteis após o efetivo registro na junta comercial, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, reuniões de sócios, alterações de contrato social e reuniões do conselho de administração que contenham deliberações que afetem ou possam afetar os interesses dos Debenturistas;

(a.5) informações a respeito da ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado; e

(a.6) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

(b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "a.5" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;

(c) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria no prazo previsto na alínea "a.5" acima;

(e) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, AGD para deliberar sobre qualquer das



matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura deva fazer, mas não o faça;

(f) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM e da CETIP, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável, e manter ativo seu registro de companhia aberta perante a CVM, sem que este seja suspenso ou cancelado;

(g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(h) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;

(i) indicar a diretoria de RI responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;

(j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(k) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura;

(l) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

(m) notificar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após a ocorrência do evento, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

(n) tomar as medidas necessárias para:

(n.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais (observado, que, com relação às suas controladas diretas ou indiretas, nada nesta cláusula proibirá tal controlada de dispor sobre seus ativos, observado o disposto nesta Escritura);



*[Handwritten signature]*

(n.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal; e

(n.3) estender as medidas listadas nas alíneas "n.1", "n.2" acima e nesta alínea para as sociedades sob seu controle direto ou indireto;

(o) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no MDA;

(p) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (i) Banco Liquidante; (ii) Escriturador Mandatário; (iii) Agente Fiduciário; e (iv) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário;

(q) observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;

(r) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima;

(s) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;

(t) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP;

(u) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura;

(v) não realizar mútuos, na qualidade de credora, para sua controladora ou coligada;

(w) desde que não ocorra nenhum evento de inadimplemento previsto nas Cláusulas 7.1 e 7.2 acima, utilizar os recursos depositados em sua conta movimento na seguinte ordem de prioridade: (i) pagamento dos tributos incidentes sobre a sua receita proveniente das suas pragas de pedágio; (ii) pagamento das despesas referentes à sua operação e manutenção; (iii) pagamento dos valores devidos nos termos do Contrato de Concessão relativos à verba anual para custeio da fiscalização e à verba para aparelhamento da polícia rodoviária; (iv) investimentos previstos no Contrato de Concessão e no Programa de Exploração da Rodovia (conforme lá definido); (v) outras despesas previamente aprovadas pelo Debiturista; e (vi) pagamento das Obrigações assumidas nesta Escritura;



(x) manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações podem ser mantidos em meios físicos ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;

(y) manter lista contendo as seguintes informações dos Investidores Qualificados procurados: (i) nome; (ii) CPF ou CNPJ; (iii) data em que foram procurados; e (iv) sua decisão com relação à Oferta Restrita;

(z) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e/ou sobre a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(aa) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;

(bb) não celebrar qualquer contrato ou acordo ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos sobre os Direitos Cedidos ou, ainda, que limite a capacidade do Agente Fiduciário de vender ou de outra forma dispor dos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, após a ocorrência e continuidade de um dos eventos descritos nas Cláusulas 7.1 e 7.2 acima;

(cc) não alterar, terminar ou ceder ou de qualquer outra maneira transferir quaisquer dos Contratos de Prestação de Serviços, no todo ou em parte, tampouco quaisquer de seus direitos e obrigações ali previstos, no todo ou em parte; e

(dd) caso a Emissora deixe de manter os Índices Financeiros indicados na Cláusula 7.2 (k) acima, não contratar outras prestadoras de serviço, que não seja a Rio Guaíba, para prestar serviços idênticos ou similares aos contratados por meio dos Contratos de Prestação de Serviços.

8.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a não praticar nenhum ato ou celebrar qualquer contrato com partes relacionadas em desacordo com o previsto em seu Estatuto Social e na legislação aplicável.



A

*[Handwritten signature]*



8.3. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CFTF sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito pela Emissora às referidas normas der causa, conforme comprovado por decisão transitada em julgado e desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

9.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, artigo 10 da Instrução CVM nº 28 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura e nos Contratos de Garantia, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;

f. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

g. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;

h. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

i. estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;

j. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

k. que a pessoa que a representa na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

l. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil, da CVM e demais autoridades competentes;

m. que é instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; e

n. que não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto aquelas descritas no Anexo I desta Escritura.

9.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.4.

9.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por



circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato à Emissora, para que esta comunique aos Debenturistas desta Emissão, por meio de convocação de AGD, pedindo sua substituição.

9.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na JUCERGS.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula 5.8.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28.

9.4. Deveres e Atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;

c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados



com o exercício de suas funções;

d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, bem como o registro dos Aditamentos aos Contratos de Garantia, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debituristas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

h. verificar a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

i. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora ou de outras marcas que entender necessário, às expensas da Emissora;

j. solicitar, a expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, e desde que permitido pela legislação aplicável;

k. convocar, quando aplicável, a AGD da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.8, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura;

l. comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m. elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debituristas, nos termos do artigo 68, §1º,



*[Handwritten signature]*

alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;

m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

m.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5. resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;

m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e

m.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de agente fiduciário;

m.10. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

(m.10.1) denominação da Emissora;

(m.10.2) valor da emissão;

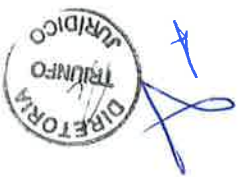
(m.10.3) quantidade de debêntures emitidas;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





- q. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e dos Contratos de Garantia;
- p. manter atualizada a relação dos Debituristas desta Emissora, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debituristas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debituristas;
- o. publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debituristas que relatório a que se refere a alínea “m” acima ou informá-los que o referido relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;
- n. disponibilizar o relatório de que trata o inciso “m” acima aos Debituristas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1. na sede da Emissora;
  - n.2. no seu escritório;
  - n.3. na CVM;
  - n.4. na CETIP; e
  - n.5. na sede do Coordenador Líder.
- (m.10.4) espécie;
- (m.10.5) prazo de vencimento das debêntures;
- (m.10.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (m.10.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.

r. notificar os Debenturistas, individualmente, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou ciência, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1. à CVM;

s.2. à CETIP;

s.3. ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar; e

s.4. à Emissora.

s. divulgar as informações referidas na Cláusula 9.4(m.10.) em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha ciência;

t. intimar a Emissora a reforçar a Garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

u. assegurar, nos termos do §1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo I a presente Escritura, bem como aos Debenturistas da Emissão;

v. disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado diariamente o cálculo do Valor Nominal Unitário realizado pela Emissora, através de sua central de atendimento e/ou do site [www.pentagontrustee.com.br](http://www.pentagontrustee.com.br); e

w. sem prejuízo do disposto na cláusula 8.1.(a).(a.5), caso a Emissora não tenha comunicado o Agente Fiduciário, mas este tenha ciência, por qualquer que seja o meio, de eventual descumprimento pela Emissora das obrigações previstas na cláusula 7.2. desta Escritura ou nos Contratos de Garantia, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado do conhecimento do Agente Fiduciário de tal descumprimento, sendo certo que o previsto neste item não impedirá o Agente Fiduciário de prosseguir com suas obrigações referentes à convocação de assembleia geral de debenturistas nos casos previstos nesta Escritura, incluindo, sem limitações, aqueles da Cláusula 7.2 desta Escritura, bem como de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nas hipóteses previstas na Cláusula 7.1 desta Escritura..

9.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e



defesa dos interesses da comunhão dos Devedenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula VII:

a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Devedenturistas desta Emissão;

c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira;

d. representar os Devedenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências, recuperação judicial e extrajudicial; e

e. executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Devedenturistas.

9.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", "c", e "e" da Cláusula anterior, se, convocada a AGD, aquela assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Para a hipótese prevista na alínea "d" da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1.

9.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, a seguinte remuneração:

a. parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais) cada uma, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures, ou enquanto o Agente Fiduciário estiver no exercício das atividades de representação dos Devedenturistas;

b. as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;





*[Handwritten signature]*

- 9.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debituristas desta Emissão, deverão ser, sempre que possível, previamente
- 9.7.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis após a entrega pelo Agente Fiduciário, à Emissora, de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.
- 9.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debituristas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.
- f. a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.
- e. as remunerações do Agente Fiduciário acima elencadas não incluem as despesas com publicações em geral, notificações, transporte, alimentação, viagens, estadias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas com contatos telefônicos necessários ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, apresentação de relatório de despesas e devida comprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora; e
- d. o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- c. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*;

aprovadas e adiantadas pelos Debituristas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM 28, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantadas pelos Debituristas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos Debituristas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debituristas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debituristas para cobertura do risco de sucumbência.

9.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debituristas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debituristas arcar com tal ônus, devendo os Debituristas então impedidos por lei de efetuar tais antecipações reembolsar os demais Debituristas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

9.7.4. As despesas a que se refere a Cláusula 9.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- c. locomoções entre Estados da Federação, alimentação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debituristas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debituristas da presente Emissão, não salda na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7.6. O Agente Fiduciário responde perante os Debituristas pelos prejuízos que lhes causar por



*[Handwritten signature]*





Handwritten signature and initials in blue ink.

- 10.1. A AGD aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.
- 10.2. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 10.3. Convocação. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação,

## CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- validos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.
- 9.7.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.
- 9.7.9. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.7.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo desta Escritura, dos Contratos de Garantia, da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, e/ou dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou da legislação aplicável.
- 9.7.7. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.
- culpa ou dolo no exercício de suas funções.



*[Handwritten signature]*

conforme definido abaixo, ou pela CVM.

10.3.1. A AGD deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

10.3.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes e vincularão a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.4. Quórum de Instalação. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observando-se que será considerada regular a AGD a que comparecerem todos os Debenturistas, independentemente de convocação.

10.4.1. Para os fins desta Escritura, para efeito de apuração de quórum, seja de instalação, como de deliberação, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, de sociedades ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

10.5. Mesa Diretora. A presidência e a secretaria da AGD caberão aos Debenturistas eleitos pelos titulares das Debêntures, ou àqueles designados pela CVM.

10.6. Quórum de Deliberação. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá 1 (um) voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção da (A) modificação (i) da Data de Vencimento das Debêntures, (ii) das condições de pagamento da Amortização das Debêntures, (iii) das condições de cálculo e pagamento da Remuneração; (iv) liberação, substituição e/ou reforço das Garantias; (v) que altere qualquer quórum de deliberação da AGD previsto na presente Escritura; ou (vi) alteração ou exclusão de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, na forma do disposto no artigo 71, §5º, da Lei das Sociedades por Ações; e (B) dos demais quóruns específicos previstos nesta Escritura, ressalvado, em ambas hipóteses (A) e (B), o disposto na Cláusula 10.6.1. As Partes acordam que o quórum previsto na Cláusula 10.6 não será aplicável nas hipóteses previstas na Cláusula 7.2.2 acima.

## CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura, que:

a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

b. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto e, tendo em vista que a realização da Emissão e a constituição das Garantias não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora, não há qualquer restrição emanada do poder concedente, de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador para a realização da Emissão ou para a constituição das Garantias;

c. os representantes legais que assinam esta Escritura e os Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

d. a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações neles previstas (i) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou por quaisquer de seus acionistas diretos perante terceiros; (ii) não infringem qualquer disposição legal; (iii) não resultam na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelos ônus constituídos nos termos dos Contratos de Garantia; (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora, quaisquer de seus acionistas diretos ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

e. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERGS, o registro das Debêntures na CETIP e o registro das Garantias, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, e as autorizações, incluindo anuência prévia da ANTT, que já



foram obtidas na data desta Escritura;

f. tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais e pela ANTT para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, ou a intervenção, revogação ou cancelamento da Concessão;

g. as demonstrações financeiras da Emissora e da Rio Guariba, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, bem como aquelas referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2014, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Rio Guariba naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e da Rio Guariba, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora e/ou a Rio Guariba fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e/ou para a Rio Guariba, assim como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e/ou da Rio Guariba;

h. está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles que (i) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia; ou (ii) estejam sendo questionadas de boa-fé pela Emissora nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Emissora;

i. exceto (i) pelas ações do capital social da Emissora dadas em alienação fiduciária em garantia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, e (ii) pelas quotas do capital social da Rio Guariba, dadas em alienação fiduciária em garantia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Rio Guariba, cuja titularidade de ambas pertence à TPI, todos os direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelo disposto nos itens (C) e (D) da Cláusula 5.7 acima;



- j. as informações fornecidas pela Emissora por ocasião da Oferta Restrita (consideradas como um todo), incluindo, mas não se limitando, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta Restrita, das Debêntures, da Emissora, da TPI e da Rio Guariba, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- k. não omitiu quaisquer fatos relevantes em relação à si, à TPI e/ou à Rio Guariba ou às Debêntures, que sejam de seu conhecimento, cuja omissão, no contexto da Oferta Restrita, possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores ou que possa fazer com que qualquer declaração ou informação fornecida aos investidores seja materialmente enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- l. exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora e por aqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora e por estadual e federal de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- m. não têm conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação de qualquer natureza que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, na TPI e/ou na Rio Guariba, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou afetar de forma negativa a Emissão, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora, pela Rio Guariba e pela TPI;
- n. a Emissora preparou e entregou para as autoridades governamentais competentes todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora, devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa-fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia;





*[Handwritten signature]*

12.1. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem:

## CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

- u. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora.
- t. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- s. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- r. mantém, e manterá, os seus bens adequadamente segurados, conforme prática de mercado, junto a seguradoras de reconhecida capacidade financeira no mercado brasileiro e está em cumprimento com todos os contratos de seguros, inclusive, mas não se limitando ao pagamento da totalidade dos prêmios relacionados a tais seguros;
- q. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- p. esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, executável de acordo com os seus termos e condições;
- o. a Emissora possui justo título de todos os seus bens móveis e demais direitos e ativos por ela detido, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;

a. Para a Emissora:

**Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. – CONCEPA**

Rua Voluntários da Pátria, nº 4.813

CEP: 90230-011, Porto Alegre, RS

At: Rosesmary Zamboni

Tel.: (51) 3027 7419

E-mail: [rose@trifunfoconcepa.com.br](mailto:rose@trifunfoconcepa.com.br)

b. Para o Agente Fiduciário:

**Pentagono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304

CEP: 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [operacional@pentagonotrustee.com.br](mailto:operacional@pentagonotrustee.com.br)

c. Para o Banco Liquidante:

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100

CEP: 04.344-902, São Paulo, SP

At: Luiz Petito

Tel.: 11-2797-4441

Fax: 11-2797-4441

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

d. Para o Escriturador Mandatário:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar

CEP: 04.538-132, São Paulo, SP

At: Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-4441

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

e. Para a CETIP:



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. República do Chile, nº. 230, 11º andar  
CEP: 20031-170, Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou  
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 1.663, 4º andar

CEP: 01452-001, São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante, ao Agente Fiduciário e ao Escriturador Mandatário pela Emissora.

12.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debituristas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do disposto nos artigos 461, 585, incisos I e II, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes desta Escritura e das Debêntures.

12.5. Irrevogabilidade e Irretroatividade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretroatível, salvo na hipótese de não preenchimento de quaisquer requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.6. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais Cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexequíveis, em qualquer aspecto, as demais Cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exequíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.





*[Handwritten signature]*

*[Restante da página intencionalmente deixada em branco]*

Santo Antônio da Patrulha, 25 de novembro de 2014.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebraram a presente Escritura em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

12.9. Fica eleito o Foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.8. Despesas. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures bem como da constituição e da exclusão das garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, dos assessores legais e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12.7. Correção de Valores. Todos os valores em Reais (R\$) dela constantes, inclusive os mencionados na Cláusula VII acima, deverão, desde 10 de fevereiro de 2012, ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração das Debêntures.

PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A.-CONCEPA

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA

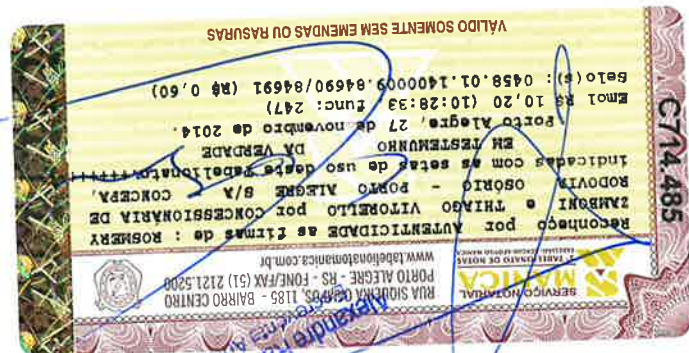
Nome: ROSMERY ZAMBONI  
Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro  
RG nº: 5026805142

Nome: THIAGO VITTORELO  
Cargo: Diretor Presidente  
RG nº: 6070913311

# TESTEMUNHAS

1. Nome: *[assinatura]*  
RG nº: 5007834405 - 556/R5

2. Nome: *[assinatura]*  
RG nº: 083/25 22-17698





PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª  
EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM  
GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO  
ALEGRE S.A.-CONCEPA

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Nilismara Oliveira  
Cargo: Kojo Ferreira  
procuradora



*[Handwritten signature]*

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A.-CONCEPA

## INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS EMISSÕES

Nos termos do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que, além desta Emissão, atua nas seguintes emissões de debêntures da Emissora:

A) Quinta Emissão de Debêntures da Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. – CONCEPA, que possui as seguintes características:

<b>Valor da Emissão:</b>	R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).
<b>Quantidade de Debêntures emitidas:</b>	16.000 (dezesseis mil).
<b>Especie:</b>	As debêntures são da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.
<b>Prazo de Vencimento das Debêntures:</b>	As debêntures tem prazo de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses, contados da respectiva data de emissão, com vencimento final previsto para 01 de setembro de 2016.
<b>Tipo e Valor das Garantias e denominação dos Garantidores:</b>	(a) Cessão fiduciária de 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos de crédito emergentes da cobrança de pedágio relativos ao Contrato de Concessão celebrado entre a Emissora e a União Federal; e (b) Fiança prestada pela TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. em relação ao pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais e acessórios, devidos no âmbito da Escritura da 5ª Emissão.
<b>Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplimento no período:</b>	<b>Resgate Antecipado Facultativo:</b> as debêntures não podem ser antecipadamente resgatadas pela emissora. <b>Aquisição Facultativa:</b> a emissora pode a qualquer tempo adquirir qualquer quantidade de debêntures em circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As debêntures adquiridas para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma

## ANEXO I





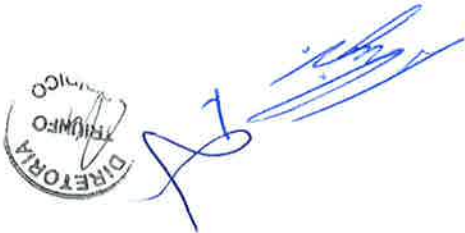
	<p>remuneração das demais debêntures em circulação.</p> <p><b>Amortização:</b> o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão) de cada uma das debêntures será amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais, com início em 01 de março de 2013 e término em 01 de setembro de 2016.</p> <p><b>Convertibilidade:</b> As debêntures não são convertíveis em ações da emissora.</p> <p><b>Repactuação:</b> não há repactuação.</p> <p><b>Inadimplimento no período:</b> não aplicável</p>
--	---

**B)** Terceira Emissão de Debêntures da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., que possui as seguintes características:

<b>Valor da Emissão:</b>	R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).
<b>Quantidade de Debêntures emitidas:</b>	180 (cento e oitenta).
<b>Especie:</b>	As debêntures serão da espécie quirografária.
<b>Prazo de Vencimento das Debêntures:</b>	As debêntures tem prazo de 7 (sete) anos, contados da respectiva data de emissão, com vencimento final previsto para 15 de junho de 2018.
<b>Tipo e Valor das Garantias e denominação dos Garantidores:</b>	<p>(i) sujeito à condição suspensiva BNDES, a cessão fiduciária da totalidade de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio da Aeroportos Brasil S.A., nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Sob Condição Suspensiva”, celebrado entre a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 02 de junho de 2014; (ii) sujeito à condição resolútiva, a cessão fiduciária da totalidade de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio da Concebra, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Sob Condição Resolutiva”, celebrado entre a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 02 de junho de 2014; e (iii) sujeito à condição suspensiva, a cessão fiduciária da totalidade de</p>

<p>distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio da Econorte, Rio Tibagi, Concepa, Rio Guaíba, Concer, Rio Bonito, TPI-Log, Maestra, NTL, Vessel, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Sob Condição Suspensiva”, celebrado entre a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 02 de junho de 2014.</p>	
<p><b>Resgate Antecipado Facultativo:</b> a emissora poderá, a partir da respectiva data de emissão, mediante deliberação em reunião do Conselho de Administração da emissora, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das debêntures em circulação, mediante o pagamento do seu valor nominal unitário atualizado. <b>Aquisição Facultativa:</b> a emissora pode a qualquer tempo adquirir qualquer quantidade de debêntures em circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As debêntures adquiridas para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais debêntures em circulação.</p> <p><b>Amortização:</b> o valor nominal unitário de cada uma das debêntures será amortizado em 04 (quatro) parcelas anuais, com início em 15 de junho de 2015 e término em 15 de junho de 2018.</p> <p><b>Convertibilidade:</b> As debêntures não são convertíveis em ações da emissora.</p> <p><b>Repactuação:</b> não há repactuação.</p> <p><b>Inadimplemento no período:</b> não aplicável</p>	<p><b>Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período:</b></p>





\_\_\_\_\_  
Data [●] de [●] de [●]

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. – CONCEPA  
Emissora  
e  
PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debituristas

*celebrado entre*

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª  
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA  
ESPECIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA  
DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMIÇÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPECIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE  
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO,  
DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A.-CONCEPA

ANEXO II



**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA,** sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Sul, na Rodovia BR 290 s/n, km 19, CEP 95500-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.654.604/0001-14, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia"); e

**PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,** instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"), neste ato representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário" ou "Pentagono");

**CONSIDERANDO QUE:**

I) em 04 de março de 1997, a Companhia celebrou com a União Federal, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o Contrato de Concessão Rodoviária nº PG-016/97-00, conforme aditado ("Contrato de Concessão"), relativo aos Editais nos. 0292/93-00, Fase I, Fase II e Fase III ("Editais"), pelo prazo de 20 (vinte) anos, tendo por objeto a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação e a operação da Rodovia BR-290, no trecho que liga os municípios de Osório, Porto Alegre e Guaíba (entroncamento da Rodovia BR-116) e respectivos acessos, mediante a cobrança de pedágio, segundo os padrões fixados na legislação e regulamentação aplicável ("Concessão");

II) em 08 de abril de 2014, a Companhia celebrou com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT ("ANTT"), o 13º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a execução da 4ª pista da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravatá que dá acesso à RS-118, bem como para dispor sobre a realização de pagamentos pela ANTT à Companhia a fim de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão ("Aditamento");

- 2.1. Este Primeiro Aditamento será arquivado na JUCERGS, conforme disposto pelo artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
- 2.2. A ata da RCA da Companhia foi arquivada na JUCERGS e publicada no "Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul" e no "Jornal do Comércio", nos termos do artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

1.1. O presente Primeiro Aditamento foi previamente autorizado pela Emissora em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de novembro de 2014 ("RCA da Companhia") e pelos Debenturistas no ato de subscrição das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 5.1.4.3 da Escritura, sendo, portanto, dispensada qualquer aprovação adicional em AGD ou qualquer aprovação societária adicional da Emissora, da TPI e/ou da Rio Gualba. O presente Primeiro Aditamento é celebrado conforme previsto na Cláusula 5.1.4.2 da Escritura.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

Resolvem as Partes, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - CONCEPA ("Primeiro Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

V) as Partes desejam aditar a Escritura para refletir o resultado da Prorrogação da Concessão, conforme o disposto na Cláusula 5.1.4.1 e na Cláusula 5.4.1 da Escritura;

IV) em [●] de [●] de [●], o Poder Concedente autorizou e aprovou a prorrogação da Concessão, nos termos do 14º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em [●] de [●] de [●] entre a União Federal, por meio da ANTT, e a Emissora ("Prorrogação da Concessão"); e

III) em 25 de novembro de 2014, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - Concepa ("Escritura"), o qual foi registrado perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS");

## CLÁUSULA III ALTERAÇÕES

3.1. Pelo presente Primeiro Aditamento, resolvem as Partes, em decorrência das considerações acima expostas, alterar as Cláusulas 5.1.4 e 5.4 da Escritura.

3.2. Fica alterada a Cláusula 5.1.4 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.1.4. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de [●] ([●]) meses contados da Data de Emissão, com vencimento final previsto para [●] de [●] de [●] (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório previstas, respectivamente, nas Cláusulas VII, 6.2 e 6.4 abaixo”.

3.2.1 Tendo em vista a definição da nova Data de Vencimento, ficam excluídas da Escritura as Cláusulas 5.1.4.1; 5.1.4.2; 5.1.4.3; 5.1.4.4; e 5.1.4.5.

3.2.2. Em razão da exclusão das cláusulas indicadas na Cláusula 3.2.1 acima, fica alterada a numeração da Cláusula 5.1.4.6, que passa a vigorar com a seguinte numeração:

“5.1.4.1. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo.”.

3.3. Fica alterada a Cláusula 5.3.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.3.2. Pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido em [●] de dezembro de 2014 e o último na Data de Vencimento (cada uma das datas de pagamento da Remuneração das Debêntures, “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures”), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório, previstas, respectivamente, nas Cláusulas VII, 6.2 e 6.4 abaixo.”

3.4. Fica alterada a Cláusula 5.4 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.4. Amortização do Saldo do Valor Unitário das Debêntures. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, nos percentuais e datas abaixo indicados, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo e de Resgate Antecipado Obrigatório, previstas, respectivamente, nas Cláusulas VII, 6.2 e 6.4 abaixo (“Amortização do Saldo do Valor Unitário das Debêntures”), sendo o primeiro pagamento

<sup>1</sup> Assumindo que a prorrogação da Concessão ocorra até, no mínimo, 24 de abril de 2018. Caso a prorrogação ocorra por prazo inferior, tal percentual de amortização será proporcionalmente ajustado.

5.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que está cumprindo de maneira plena e integral com todas as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura e dos Contratos de Garantia e não praticou nem solicitou que praticassem quaisquer atos nem celebrou ou solicitou que celebrassem quaisquer acordos ou contratos em desacordo com a legislação e regulamentação aplicáveis tampouco em desacordo com as disposições da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia.

## CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

4.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas na Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de celebração deste Primeiro Aditamento.

## CLÁUSULA IV DECLARAÇÕES E GARANTIAS

3.4.1. Tendo em vista a definição do novo cronograma de amortização, fica excluída da Escritura a Cláusulas 5.4.1.

Parcela	Percentual de Amortização <sup>1</sup>	Data de Amortização
1)	2,3000%	24 de janeiro de 2016
2)	6,9000%	24 de abril de 2016
3)	6,9000%	24 de julho de 2016
4)	6,9000%	24 de outubro de 2016
5)	9,1200%	24 de janeiro de 2017
6)	13,5600%	24 de abril de 2017
7)	13,5600%	24 de julho de 2017
8)	13,5600%	24 de outubro de 2017
9)	13,5600%	24 de janeiro de 2018
10)	13,6400%	24 de abril de 2018

devido em [●] de janeiro de 2016 e o último na Data de Vencimento (cada uma das datas de pagamento da Amortização, "Data de Amortização das Debêntures"), nos percentuais e de acordo com o seguinte cronograma de pagamento:

## CLÁUSULA VI RATIFICAÇÕES

6.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não foram expressamente alteradas por este Primeiro Aditamento.

## CLÁUSULA VII DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Este Primeiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

7.2. Os termos utilizados neste Primeiro Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

7.3. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Santo Antônio da Patrulha, [●] de [●] de [●]

[Restante da página deixada intencionalmente em branco]





Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª  
Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em  
Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária  
da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - CONCEPA

**CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_



Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª  
Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em  
Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária  
da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - CONCEPA

**PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo:



Página de assinaturas do Primeiro Aditamento Ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª  
Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em  
Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária  
da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - CONCEPA

**TESTEMUNHAS**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

